

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

AS OCUPAÇÕES CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA DE LUTA

A luta popular pela cultura na Ocupa Colaborativa da cidade de Jundiaí

Thiago Moreira Santos

Abril de 2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

AS OCUPAÇÕES CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA DE LUTA

A luta popular pela cultura na Ocupa Colaborativa da cidade de Jundiaí

Trabalho de conclusão do curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos sob a orientação do Prof. Dr. Dennis de Oliveira.

Thiago Moreira Santos ¹

¹ Thiago Moreira é bacharel em Comunicação Social pela FACCAMP e especialista em Gestão de Projetos Culturais pelo Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação (CELACC). Colabora como gestor e produtor cultural em atividades de saraus e cineclubes na região de Jundiaí. Atua também junto a produtora Tomada Cultural.

AS OCUPAÇÕES CULTURAIS COMO ESTRATÉGIA DE LUTA

A luta popular pela cultura na Ocupa Colaborativa da cidade de Jundiaí

Resumo: O presente artigo faz uma análise sobre o movimento *Ocupa Colaborativa*, do Município de Jundiaí – Estado de São Paulo. Busca-se realizar uma reflexão em torno das constantes ocupações culturais nos espaços abandonados como recurso e ação política direta frente ao Estado, no que tange sua compreensão sobre os espaços das cidades, sobre cultura e acesso, sobre a ressignificação do local e *gentrificação*. Para tanto fez o estudo de caso, a partir de entrevistas com dois membros da Ocupa Colaborativa, para desta maneira desenvolver essa “nova forma” de fazer política no cotidiano.

Palavras chave: Coletivos Culturais, Colaborativa, Ação Política, Ocupação, Contestação, Hegemonia, Jundiaí.

Abstract: This article analyzes the Occupa Collaborative movement of the Municipality of Jundiaí - State of São Paulo. It seeks to reflect on the constant cultural occupations in the abandoned spaces as a resource and direct political action against the State, regarding their understanding of the spaces of the cities, about culture and access, about the re-signification of the place and gentrification. For this purpose he made the case study, based on interviews with two members of the Collaborative Occupation, in order to develop this "new way" of doing politics in daily life.

Keywords: Collective, Collaborative, Political Action, Occupation, Contest, Hegemony, Jundiai.

Resumen: El presente artículo realiza una análisis sobre el movimiento *Ocupa Colaborativa*, del Municipio de Jundiaí – Estado de São Paulo, Brasil. Se Pretende realizar una reflexión en torno a las constantes ocupaciones culturales en los espacios abandonados como recurso y acción política directa, frente al Estado, en lo que se refiere a su comprensión sobre los espacios de la ciudades, sobre cultura y acceso, sobre la re significación del lugar y *gentrificación*. Por lo tanto tanto se realizó el estudio de caso, a partir de entrevistas con dos miembros de la colaborativa, para de ese modo descubrir dicha “nueva forma” de hacer política en lo cotidiano.

Palabras clave: Colectivos culturales, Colaborativa, acción política, ocupación, contestación, hegemonía, Jundiaí.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos últimos cinco anos nota-se o aumento da existência ativa de coletivos culturais de Jundiaí e região, produzindo atividades diversas e proporcionando oportunidades de vivências e trocas culturais no espaço público e privado. Estes grupos buscam de forma independente a sustentabilidade econômica de suas atividades. Em maio de 2016, essa rede de coletivos iniciou uma ocupação cultural em um galpão abandonado por dezesseis anos. O espaço transformou-se em palco de atividades artísticas, culturais e sociais, propostas pelos ocupantes, educadores voluntários, entre outros artistas jundiaenses que apoiaram o movimento. Será realizada uma análise da ocupação enquanto estratégia de luta a partir das entrevistas e dados coletados, observando tais atores a partir da perspectiva relativa à hegemonia de Gramsci. Para tanto, daremos início à nossa investigação, trazendo um panorama sobre referido movimento de coletivos e quais elementos fizeram com que ocupassem um galpão abandonado.

PARTE I - Apresentação

1. Os Coletivos Culturais de Jundiaí

Localizada entre grandes centros urbanos – facilitando assim o fluxo de informações, produtos e serviços – Jundiaí enfrenta forte crescimento populacional desde os anos 1990. Conforme dados publicados pelo IBGE, em 1991, a população jundiaense era de 289.269 pessoas. Esse número saltou para 405.740 pessoas conforme o Censo 2016:

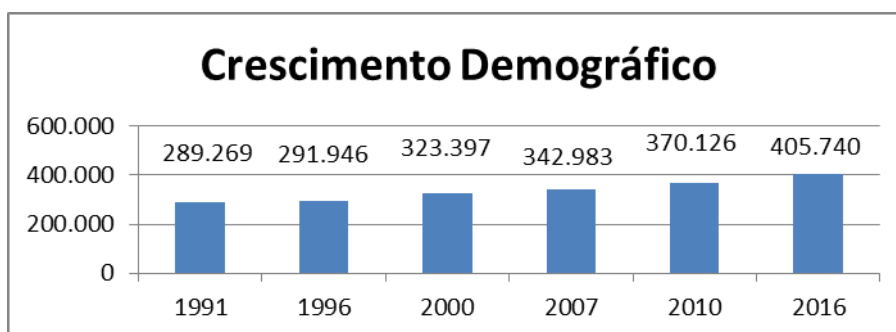


Gráfico 1 - Demográfico Jundiaí²

² Fonte: IBGE: Censo Demográfico 1991, Contagem Populacional 1996, Censo Demográfico 2000, Contagem Populacional 2007 e Censo Demográfico 2010 e Censo Demográfico 2016.

O fenômeno citado contribuiu diretamente para a transformação da cidade e da forma **com** que as pessoas se relacionam com ela. É justamente nesse período, no final dos anos 1990, que ressurgem os coletivos culturais e artísticos no Brasil, que “começam a assumir função política de denúncia social, agora em vias e praças públicas” conforme destaque da escritora Heloisa Buarque de Hollanda em seu artigo (HOLLANDA, 2009). Em Jundiaí, a primeira mobilização cultural de que se tem registro foi o Festival Pão e Poesia, que surgiu no final de 1993, com um “Show de Cidadania” na arrecadação de alimentos para o movimento nacional “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”. A iniciativa congregou artistas da cidade de uma forma inédita e gerou ao longo de poucos anos resultados como disco de músicas selecionadas em festival e livro de redações escolares (ASSESSORIA DE IMPRENSA DA PREFEITURA DE JUNDIAÍ, 2013). Atualmente, o município conta com a ação direta de cerca de vinte coletivos, segundo o Blog do Koch: “Por aqui, o processo é tocado principalmente por coletivos que propagam a cultura em suas várias expressões, facilitando o acesso e valorizando os artistas locais de diversos modos, dos blocos de rua à ocupação de um galpão com programação diária e gratuita” (KOCH, 2016) afirma Gustavo, autor da página e integrante da antiga *Casa Colaborativa*.

Mas exatamente o que define um coletivo cultural? Podemos caracterizá-los a partir da união de indivíduos, artistas, especializados ou não, ou simplesmente apreciadores de artes, para a criação e produção em torno de um tema comum, através de um “encontro não hierarquizado” como explica o Professor Cezar Migliorin:

O coletivo pode ser formado por uma série de indivíduos que, olhando para o fogo, para alguma centralidade, trazem todo um mundo nas costas. Diferentemente das pirâmides, não é na acumulação de blocos iguais que se dará a construção de algo, mas no encontro não hierarquizado dos mundos que trazemos nas costas. E são esses mundos que nos coletivos são mediados. (MIGLIORIN, 2012, p. 311).

Do mesmo modo, podemos atribuir aos coletivos e seus respectivos movimentos a ideia de rede, estabelecida de forma independente e autogestionada. Manuel Castells nos traz o conceito de sociedade em rede, afirmando que “os seres humanos criam significados interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais” (CASTELLS, 2012, p. 14). O sociólogo vai além, afirmando que o “poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores

habilitados”. Em resumo, o que une estas pessoas é o desejo de promover a cultura como instrumento de transformação social e ressignificação das cidades através da pluralização da arte que se dá a partir de atividades artísticas como performances, saraus, cineclubes, fomento da criação autoral, apresentações musicais, entre outras ações culturais realizadas no espaço público ocupado.

Este movimento de artistas, produtores e coletivos culturais ocupou no dia 6 de maio um galpão abandonado localizado na Avenida Aristeu Dagnoni, número 320, bairro da Vila Argos. Provocada pelo coletivo Casa Colaborativa, a proposta da ocupação segundo o manifesto nº2/2016 publicado na página do movimento no facebook, é de um espaço livre e autogestionado de criação artística, produção cultural e educação social, promovendo o compartilhamento de conhecimentos, ferramentas e a viabilização do empreendedorismo cultural e criativo da cidade de Jundiaí. A seguir, desdobraremos o histórico da ocupação cultural, iniciada pelos coletivos culturais do Município.

2. A Ocupa Colaborativa

Surgida em 2013, a Casa Colaborativa foi um coletivo sem fins lucrativos de gestão cultural e mobilização social. Desde sua fundação, desenvolvia atividades em espaços alugados, buscando por ferramentas e processos que permitiam à autogestão e a sustentabilidade econômica do projeto. Também atuava em prol da construção coletiva de ações e políticas públicas que promoviam a democracia cultural, o fomento à produção local e o estímulo às economias compartilhadas e às novas ferramentas de gestão cultural, além da produção cultural direta, através da realização de eventos com as mais diversas linguagens artísticas (NAVILLE, 2016). O coletivo foi formado por profissionais das áreas de produção cultural, comunicação, educação, marcenaria, moda, música, teatro, artes visuais, dança e áreas correlatas, além de cidadãos interessados nas questões culturais, sociais e políticas.

Em março de 2016, depois de um período de quatro meses sem promover atividades ao público, o coletivo recebeu a notícia de que o imóvel deveria ser desocupado, após um ano e três meses instalados e produzindo na Rua Prudente de Moraes, região central de Jundiaí. A quebra contratual foi dita como desinteresse dos proprietários em dar

continuidade à locação. Na entrevista realizada com William Sanches Grilo, um dos fundadores do coletivo, ficou confirmada a mobilização de parte dos moradores mais abastados do bairro, que apoiaram a remoção do grupo: “Na rua onde ficávamos tem mais dois espaços culturais, tradicionais e elitizados na cidade, e o motivo foi de o público que frequentava o nosso espaço não era bem-vindo para frequentar aquela região” (SANCHES, 2017). A partir deste cenário, a Casa Colaborativa comprovou a necessidade de promover uma ocupação cultural em Jundiaí. “Entendemos esta ocupação também como um ato político organizado pela sociedade civil e reafirmamos que o aluguel não é uma forma segura de sobrevivência para as iniciativas artísticas e culturais” – declara o movimento no Manifesto da ocupação.

O coletivo iniciou um período de pesquisa e planejamento para dar continuidade aos seus trabalhos. A decisão unânime por uma ocupação cultural envolveu segundo Sanches, um levantamento de cinco espaços que atendiam o perfil de abandono por mais de dez anos e uma série de estudos de campo, jurídicos, logísticos e de impacto social (SANCHES, 2017). Uma mobilização também aconteceu com os outros coletivos culturais da cidade, que não só apoiaram a iniciativa, mas também se envolveram na ocupação: Ateliê Casarão, Ateliê Plano, Bloco do Loki, Cineclube Consciência, Coletivo Coisarada, Coletivo Confluências, Coletivo Cultura Urbana, Estratosféricos, Itinerâncias 493, Outra Campanha e UJS Jundiaí. A partir da ocupação, o protagonismo seria de todos os indivíduos e coletivos que quisessem participar do processo: “Toda a estrutura que a gente entendeu enquanto Casa Colaborativa não existiria mais. Começaríamos do zero com novas pessoas e novas dinâmicas, com outros grupos que possuem divergentes formas de trabalho e gestão” afirma Sanches.



Figura 1 - Imagem do galpão no primeiro dia de ocupação. Foto retirada da página do movimento / Facebook.

Dessa forma, no dia 06 de maio de 2016 foi iniciada a ocupação cultural Colaborativa. O galpão, localizado na esquina da Avenida Aristeu Dagnoni com a Rua XV de Novembro, não possuía uso e função social há mais de 16 anos, previsto no artigo 182 da Constituição Federal³: Segundo Sanches, era um galpão que abrigava a empresa Litográfica Araguaia, uma empresa que faliu há mais de vinte anos, um espaço que ficou em pendências com a prefeitura de impostos, IPTU por mais de dezesseis anos. A empresa, fundada em 1952, produzia impressos em off-set e rótulos de produtos para a Cica, Perdigão, Três Fazendas, entre outras. Em meados dos anos 1980, mudou-se para Várzea Paulista, onde as lutas operárias marcaram a história da litografia, como a conquista pelo direito à cesta básica. Após a mudança, o imóvel foi sede da empresa Davidson Planejamento e Propaganda para depois ser abandonado pelos proprietários (BERNARDO, 2016, p. 73). Além das décadas de abandono, a propriedade soma mais de 259 mil reais em IPTU devido. A dívida é inclusive, maior que o valor venal do imóvel, avaliado em pouco mais de 85 mil Reais. “Ademais, pelo Código Civil, o estado de abandono e o prazo superior a três anos sem saldar as obrigações fiscais faz presumir de forma absoluta o abandono do imóvel, e tal fato já deveria ter sido objeto de ações judiciais por parte do Poder Público” explica o advogado do movimento Filipe Martin Del Campo Furlan (FURLAN, apud KOCH, 2016).

³ **Art. 182.** A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).



Figura 2 - Visita da Polícia Militar acompanhada de um representante do proprietário, em 10 de maio de 2016. Foto retirada da página do movimento / Facebook.

Contudo, a notícia da ação de reintegração de posse requerida pelo proprietário chegou logo na primeira semana de ocupação do prédio, fazendo com que os advogados iniciassem um processo de manutenção de posse. Proposta em 11 de maio, a reintegração (processo n. 1008663-08.2016.8.26.0309 do Foro de Várzea Paulista) afirma supostamente que o barracão foi ‘invadido’, estando a Massa Falida em sua normal posse e requerendo a desocupação imediata do prédio. Para garantir que as alegações do movimento chegassem ao conhecimento do Judiciário, o movimento ingressa com uma manutenção de posse, que em sentido contrário, expõe a situação de abandono do galpão, militando pela presunção da perda da propriedade e posse sobre ele, legitimando a ocupação. Uma das primeiras orientações dos advogados do movimento foi a constituição de uma associação civil com estatuto registrado em cartório. Essa “formalização” segundo Sanches, legitimaria o movimento no enfrentamento jurídico de reintegração, colocando a Ocupação no “mesmo nível das instituições competentes”. A Associação Colaborativa encontra-se em processo de implementação.



Figura 3 - Assembleia de votação para a criação da associação, em 13 de junho de 2016. Foto retirada da página do movimento / Facebook.

Todas as decisões da ocupação foram tomadas durante as assembleias abertas de gestão do espaço, realizadas quinzenalmente. Foram deliberados como canais de comunicação nas redes virtuais: um grupo fechado no Facebook destinado à gestão; e outro grupo no aplicativo WhatsApp para informes e emergências relacionadas a ocupação. Dessa forma, os indivíduos poderiam se mobilizar rapidamente frente a qualquer emergência relacionada ao movimento. Os membros e interessados pela gestão do espaço também se organizaram em grupos de trabalho (GT's) os quais eram responsáveis pelas dinâmicas de programação, assuntos jurídicos, comunicação, ambiental e social. A programação da colaborativa era pautada de maneira livre, a partir do envio aberto de propostas voluntárias pelos interessados, toda a programação da ocupação cultural colaborativa obrigatoriamente teria que ser gratuita e aberta à população da cidade. O GT de programação era responsável por dialogar e organizar as atrações culturais dentro de uma agenda aberta. Segundo relatório produzido pelo movimento e anexado ao processo de reintegração de posse, entre os dias 12 de maio e 18 de setembro de 2016, foram registradas 213 atividades na agenda da ocupação. Outro dado importante no relatório vem do livro de assinaturas, aberto no dia 7 de maio de 2016, que indica 5233 registros até o dia 20 de setembro. Vale destacar que o imóvel foi incluído na lista do Inventário de Proteção do Patrimônio Artístico e Cultural de Jundiaí – IPPAC, vista a localização em região de interesse histórico e cultural do município e pelo referendo dos conselheiros ao trabalho cultural realizado pelo movimento Ocupa Colaborativa.

Através de uma rápida visita no bairro da Vila Argos, podemos constatar um grande número de lojas dos mais diversos segmentos, estacionamentos, imóveis históricos, edifícios residenciais, corporativos e comerciais, além do Complexo Argos: prédio histórico recentemente tombado em nível estadual como Patrimônio Material de Jundiáí pelo Condephaat (ASSESSORIA DE IMPRENSA DA PREFEITURA DE JUNDIAÍ, 2016), que abriga a Unidade Gestora de Educação, Biblioteca Municipal, além de ser sede da TV Educativa, Centro de Línguas, entre outros programas municipais. Referido prédio público está localizado ao lado do Galpão onde funcionou a Colaborativa, ao lado da Igreja Deus é Amor, a Academia KS e o Supermercado ASSAI como vizinhos. A região também abriga a Ponte Torta, importante patrimônio material da cidade, recentemente revitalizado na busca de resgatar a identidade dos sujeitos, fortalecendo o conceito de conservação e “zeladoria” aplicadas no processo de revitalização (ESTÚDIO SARASA, 2016). A restauração do monumento proporcionou a criação da Praça Erazê Martinho, que desde a véspera do ano novo de 2015 recebe o movimento Ocupa Ponte Torta, evento independente e colaborativo marcado pelo estímulo ao uso consciente dos espaços públicos (OA JUNDIAÍ, 2016).

A Ocupa Colaborativa no galpão da Vila Argos ocorreu no período de oito meses com um número expressivo de atividades gratuitas oferecidas pelos coletivos, grupos, bandas e artistas, e mais de 7 mil pessoas frequentaram o galpão segundo o Manifesto de Desocupação⁴. No dia 12 de setembro de 2016, foi homologada a transação de acordo na audiência do processo de reintegração de posse da ocupação pelos proprietários do galpão, acordado que a autora desocuparia o bem imóvel até o dia 10 de janeiro de 2017, sob pena de imediata expedição de mandado de desocupação. A agora Associação Cultural Colaborativa segue com as assembleias quinzenais, onde pautam ocupações temporárias em espaços públicos do Município: “A Ocupa não existe enquanto espaço físico, mas já buscamos estratégias de continuar ocupando a cidade de forma múltipla” finaliza Sanches (2017).

PARTE II – Fundamentação Teórica

1. Gentrificação e utilização do espaço

Ocupações culturais na periferia e no centro da cidade, ocupações das escolas, ETEC's DRE's e fábricas de cultura, jornadas de junho e rolezinhos. Insurgências distintas, mas que possuem pontos comuns, tais como a prática autônoma e o discurso apartidário. Para além de resistências pontuais e isoladas. Caracterizam-se como processos políticos conectados, com exigências e ideias comuns – (MARINO. São Paulo Ocupada, 2016).

Alúzio Marino alerta em sua cartografia social⁵ que em tempos de crise as juventudes possuem a resposta: Ocupar. Mediante um esgotamento de outros meios democráticos de participação popular, essas ocupações caracterizadas como “culturais” acabam surgindo como possibilidades de ressignificação das cidades em todo o mundo. Tomamos como exemplo, a ocupação *Los Libros de La Esquina*, na cidade de Buenos Aires – Argentina, realizada durante 11 anos com atividades culturais e educativas abertas ao público, e *Kunsthaus Tacheles*, situada na cidade de Berlim – Alemanha, a ocupação artística está situada em um prédio onde funcionou um dos escritórios da SS durante a 2ª Guerra Mundial (CATRACA LIVRE, 2014). No Brasil, diversas cidades já registram ocupações culturais, assim como a região central do município de São Paulo. Destaque para a mobilização Ocupa Ouvidor 63, ocorrida no dia 1 de maio de 2014 quando diversos grupos e coletivos de artistas ocuparam um prédio de 13 andares, pertencente à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano; e o movimento Casa Amarela, ocupação ocorrida no dia 20 de fevereiro de 2014 em um prédio pertencente ao INSS. Promovidas por coletivos artísticos e culturais, esses exemplos têm em comum a ocupação de espaços, públicos ou privados, abandonados por um grande período de tempo e localizados em grandes centros urbanos.

O movimento da Colaborativa ocupou um galpão abandonado no bairro da Vila Arens, área localizada em região de interesse não só histórico e cultural, mas também comercial. Processos como o do bairro Vila Arens de revitalização urbana são comuns e prometem a modernização e resgate histórico dos centros urbanos. Mas o que está por trás

⁵ Uma cartografia das juventudes insurgentes na cidade de São Paulo. Construída com a participação de doze jovens monitores culturais. Mais informações em <<https://prezi.com/0xmseeosgmfl/sao-paulo-ocupada/> e publicada em junho de 2016>

de tal prática? Segundo Jayme e Trevisan (2012, p. 360) “a (re) valorização dos centros das grandes cidades se dá devido à importância conferida ao consumo da história e, por isso, é realizada, em geral, por meio de intervenções de cunho controlador e higienista que buscam adequar as cidades às demandas internacionais”. Dessa forma, utilizam-se do patrimônio histórico das cidades como diferencial de valorização mercantil. Aqui, podemos apontar uma restrição de patrimônio, “não exatamente a qualquer passado, mas aquele que pode ser visto como patrimônio” (CERTEAU e GIARD; 2003 apud JAYME e TREVISAN, 2012, p. 360). A preservação e restauração do patrimônio histórico impulsionam grandes construtoras a buscar áreas como a região da Vila Arens para a edificação de prédios residenciais e comerciais, na crença de que o passado cultural agregue valor de mercado aos empreendimentos. Como resultado, nota-se o surgimento de grandes edifícios dividindo o mesmo espaço com antigos prédios tombados. Jayme e Trevisan apontam que “esses projetos partem de uma concepção de mercado que implica uma gestão mista entre Estado e iniciativa privada na forma de intervir no patrimônio como mercadoria cultural” (2012, p. 368). Desse modo, a intervenção conjunta das iniciativas públicas e privadas através da lógica do capital, buscam adequar os centros urbanos ao mercado, agregando valor financeiro ao espaço. Observa-se que “a construção de edifícios corporativos que, sob a forma de “produto imobiliário”, se voltam ao mercado de locação” (Carlos, 2006, apud, SILVA, 2011, p.59) desencadeando no aumento exorbitante dos aluguéis nestes espaços. O sucesso deste projeto de reinvenção das cidades depende da “construção do consenso em torno de um projeto que transforma a cidade em mercadoria e desloca a sua função de espaço político e público para o seu empresariamento” (SILVA, 2011, p.63).

Nota-se ainda, que a especulação imobiliária nas grandes cidades está relacionada a um ideal de *gentrificação* cada vez mais comum nos centros das grandes cidades. Juliana Gonzaga e Eveline Trevisan evidenciam o termo em seu artigo sobre ocupações de espaços:

Entendendo que não há consenso em torno da ideia de gentrificação, o termo é usado aqui para se referir às intervenções urbanas realizadas nos centros das cidades, com vistas à retomada desses locais como lugar de consumo (cultural) e entretenimento, transformando-os em museus abertos e belos, onde parece não caber mais a população pobre que se apropriava daquele lugar, que é substituída pelas camadas médias e altas, seja pra morar, seja para consumir o espaço (JAYME; TREVISAN, 2012, p. 360).

Dessa forma, a população de baixa renda que ocupa os centros vai sendo realocada em locais mais distantes para que as classes econômicas mais favorecidas se beneficiem

dos bens e serviços disponíveis. No entanto, a lógica espaço-mercado não se propõe a conviver com a diversidade que sempre esteve presente e busca, portanto, maneiras de impedir que ocupações permaneçam nos centros urbanos. Referido cenário, nos leva de volta a outro fenômeno proporcionado pela lógica espaço-mercado: A quantidade expressiva de imóveis abandonados localizados nestes centros urbanos. Em Jundiaí, são 13.290 domicílios particulares permanentes de uso ocasional ou vagos, de acordo com o levantamento do IBGE (SEMADS, 2016). São imóveis que em hipótese podem buscar se adequar ao mercado imobiliário, mas acabam tropeçando em dívidas de IPTU ou falência da proprietária, ou acabam ociosos propositalmente na demanda de uma possível valorização mercadológica da região.

2. A Ocupação como ação política

Os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjunção de degradação das condições materiais da vida e crise de legitimidade dos governos encarregados a conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas (CASTELLS, 2012, p. 127).

Ao pensarmos na ocupação de edifícios, tem-se uma pretensão de reflexão, confronto e transformação da realidade social, ao colocar o Estado em cheque, considerando as relações entre a comunidade e as políticas públicas que lhe são dirigidas. “Na cidade existe uma lógica hegemônica que domina a produção capitalista do espaço. Essa razão é sustentada por um projeto neoliberal que aumenta a concentração de renda e intensifica a desigualdade social” (SILVA, 2011, p. 11). Paula Bernardo, educadora popular e militante da Colaborativa, nos revela em entrevista que no Brasil as ocupações sempre foram um foco de resistência muito importante. Iniciaram nos anos 1970 com as ocupações de terra e posteriormente com o movimento sem teto no final dos anos 1990, que começa a estruturar e articular outro perfil de ocupação (BERNARDO, 2017). Recentemente, nota-se um grande número de ocupações no âmbito cultural. Considerando a presença hegemônica nos espaços através da gentrificação, compreende-se que as manifestações de cultura popular sejam impedidas de expressar suas respectivas identidades e subjetividades.

Ao utilizar o termo cultura popular, é importante lembrar que a expressão é de difícil definição. Chauí (2012, p.32) nos traz conceitos dessa expressão, como a romântica do Séc. XIX que afirma que cultura popular é “a cultura do povo bom, verdadeiro e justo, ou aquela que exprime a alma da nação e o espírito do povo”. Também a visão iluminista francesa do Séc. XVIII, que considera “o resíduo de tradição, misto de superstição e ignorância a ser corrigido pela educação do povo”; Contudo, a filósofa finaliza colocando a cultura popular em oposição à cultura dominante, como “aquilo que é elaborado pela classe trabalhadora, segundo o que se faz no pólo da dominação, ou seja, como repetição ou como contestação, dependendo das condições históricas e das formas populares de organização”. (CHAUÍ, 2012, p. 33) Compreende-se assim, uma disputa no conceito de cultura e conseqüentemente, a predominância hegemônica no campo cultural. Dessa forma, o pleito por uma transformação deve ocorrer neste campo. É no campo da cultura que se estabelecem os conflitos entre setores hegemônicos e subalternos, num movimento dialético e contraditório de dominação, apropriação e resistência: “O conceito de subalterno é referenciado às perspectivas de Gramsci que, ao criar a expressão, emprega-a no sentido de marcar a diferença entre o patrimônio cultural do povo e a cultura oficial” (SILVA, 2002, p.35).

Ao instituir a Colaborativa, os coletivos se colocam na contracorrente de uma visão hegemônica de cultura, aquela que identifica a cultura como as belas-artes e que pertence a determinada classe de indivíduos, os artistas, e que deve ser apreciada por aqueles que são “civilizados”, ou seja, uma classe econômica favorecida formada pela elite branca beneficiada pelo capitalismo ocidental. A Ocupação torna-se uma ação na busca de autonomia frente ao poder e às formas de dominação através da cultura. De acordo com esse olhar, entende-se:

O poder é exercido por meio da coerção (o monopólio da violência, legítima ou não, pelo controle do Estado) e / ou pela construção de significado na mente das pessoas, mediante mecanismos de manipulação simbólica. As relações de poder estão embutidas nas instituições da sociedade, particularmente nas do Estado. Entretanto, uma vez que as sociedades são contraditórias e conflitivas, onde há poder há também contrapoder, que considero a capacidade de os atores sociais desafiarem o poder embutido nas instituições da sociedade com o objetivo de reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses (CASTELLS, 2012, P.12).

Ações como a da Ocupa Colaborativa trazem um novo sentido para a dimensão política que é a participação direta dos indivíduos, fugindo do senso comum cujo resultado único é o direito ao voto: “[...] fazer história é fazer política, é identificar-se e posicionar-se diante dos processos que interferem e atuam nas suas relações tanto locais, cotidianas, como nas mantidas com o mundo. O erro está em abandonar a esfera política” (SILVA, 2002, apud Sader, 2009, p.41). Gramsci nos trazia a “necessidade de desafiar e destronar o domínio cultural e a liderança (=hegemonia) de suas classes dominantes com uma visão alternativa coerente e convincente a respeito de como a sociedade poderia organizar-se” (DOWNING, 2002, p. 46). Jhon Downing, autor do conceito de Mídia Radical, cita ainda as noções de *contra-hegemonia* e *contra-hegemônico*, utilizadas pelos seguidores de Gramsci, que seria uma forma de “categorizar as tentativas de contestar as estruturas ideológicas dominantes e suplantá-las como uma visão radical alternativa” (DOWNING, 2002, p. 48). É importante destacarmos a ação da ocupação na perspectiva de contra-hegemonia ou contrapoder, mas consideremos também a utilização do espaço físico autônomo como canal de deliberação. Este fato revela a importância da ocupação não só como ação de contestação, mas também na busca estratégica de espaços autônomos para deliberação, uma vez que os espaços institucionais estão ocupados pelos interesses hegemônicos. Castells (2012, p. 20 e 21) ressalta o papel importante na história da mudança social que os espaços ocupados têm desempenhado:

(I) Eles criam uma comunidade, e a comunidade se baseia na proximidade [...]; (II) [...] Ao assumir e ocupar o espaço urbano, os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. (III) Construindo uma comunidade livre num espaço simbólico, os movimentos sociais criam um espaço público, um espaço de deliberação que, em última instância, se torna um espaço político, para que assembleias soberanas se realizem e recuperem seus direitos de representação, apropriados por instituições políticas ajustadas às conveniências dos interesses e valores dominantes.

Além disso, um feito que merece destaque no movimento da ocupa é a internet como canal autônomo secundário, constituindo uma forma híbrida entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: uma característica que merece destaque é o fato dos espaços públicos dos movimentos sociais serem constituídos de forma híbrida entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado, “conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnologia e culturalmente,

comunidades instantâneas de prática transformadora” (CASTELLS, 2012, p. 19, 20 e 21). A ação política é estendida para o âmbito virtual, na soma de mais um ambiente livre para a deliberação e gerenciamento de conflitos, circunstanciado na vida social. As duas plataformas tornam-se representativas na prática comunicativa, por mais que as redes virtuais evidenciem limites na autonomia. Neste contexto, vale lembrar o termo de “infrapolítica”, cunhada pelo antropólogo James C. Scott. Cada classe social ou grupo antagonista tem uma declaração pública para o que considera estar fazendo e uma declaração privada que circula apenas dentro do grupo: “A infrapolítica dos pobres faz eclodir uma série de atos de resistência, alguns muito sutis ao olhar não adestrado, alguns intencionalmente ambíguos, de modo que, mesmo aos olhos vigilantes e adestrados da elite, não seriam suficientes para gerar represálias” (DOWNING, 2002, apud SCOTT, 1985, p.51).

3. A Ressignificação do espaço através da Cultura

A partir dos capítulos anteriores, fica perceptível a presença hegemônica na produção cultural e nos espaços da cidade. Concomitante a este cenário, nota-se a urgência de ocupar espaços autônomos destinados à expressão das identidades e subjetividades das classes subalternas. Logo, discutiremos de qual forma a ação possibilita novos significados e valores simbólicos para o patrimônio ocupado. Primeiramente, é relevante a compreensão de que “a cultura é construída no espaço e no tempo da cotidianidade das classes subalternas, nas suas condições de luta pela vida, por meio dos processos de adaptação e ressignificação dos quadros dados pelo sistema” (SILVA, 2002 apud FERREIRA, 2007, p.44).

Contudo, ao considerarmos o conceito de modernidade líquida abordado por Bauman em sua obra que leva o mesmo título, percebe-se identidades que estão em constante transformação, que carregam aspectos de diversos contextos e características culturais diversas e que, por isso, modificam também os ambientes nos quais se colocam. Consideremos também a concepção que o autor dá aos espaços vazios: “São antes de mais nada vazios de *significado*. Não que sejam sem significado porque são vazios: é porque não têm significado, nem se acredita que possam tê-lo, que são vistos como vazios (melhor seria dizer não-vistos)” (BAUMAN, 2001, p.120) Dessa forma, o patrimônio abandonado torna-se palco para as manifestações culturais dos coletivos e artistas, ressignificando e transformando o espaço com suas respectivas pautas e subjetividades. A ação também

impede o apagamento da memória presente no galpão e transforma a partir da interação com o patrimônio, proporcionando novas intervenções que questionem a cidade.

Um dos vetores desses processos comunicativos é a sua relação com o espaço, ou seja, o entendimento de como se relacionam com ele, como deixam e perpetuam suas marcas, como se apropriam, se adaptam e se articulam [...] O espaço é considerado como eixo articulador das subjetividades das culturas subalternas e é compreendido enquanto espacialidade. A noção de espacialidade traz consigo a ideia de processo em permanente movimento; não se trata do espaço em si, como objetivo analítico, mas do espaço na história, pensando como processo histórico, incluindo tanto o realizado quanto o possível, num constante movimento dialético (SILVA, 2002, p.42).

No sentido da citação acima, firmamos o conceito de resignificação trabalhado no presente artigo. Ainda que as produções culturais locais tenham sido ameaçadas pelos poderes públicos e interesses políticos, esse movimento foi capaz de transformar o acesso a elas através de uma programação livre e diversa. Destaque para a pluralidade de manifestações culturais no espaço: desde os grafites nas paredes que despertam inicialmente este novo olhar para o patrimônio; até as diversas expressões artísticas evidentes na programação, como peças de teatro, shows musicais, saraus livres e específicos (tendo como exemplo o Sarau das Minas), batalhas de rima, sessões de cineclube, além de tantas outras expressões emergentes. Ressalto também a biblioteca comunitária que foi instalada em um dos ambientes do galpão. A cultura torna-se a forma de transformar e contestar o espaço, oferecendo aos cidadãos uma oportunidade de se relacionar com a arte e se preencher a partir de encontros inusitados e inspiradores: “[...] a realização da vida, é motivo de especial atenção, pois se evidencia a importância das construções subjetivas e coletivas das culturas subalternas no espaço, na construção das espacialidades, como contra-argumento aos processos de dominação e produção do espaço na cidade” (BAUMAN, 2002, p.44).



Figura 4 - As "Máscaras Impermanentes" do fotógrafo Alessandro Celante, expostas dentro e fora do galpão. Foto retirada da página do movimento / Facebook.



Figura 5 - Espetáculo "Horácio" com o ator e diretor Celso Frateschi, em 2 de junho de 2016. Foto retirada da página do movimento / Facebook.



Figura 6 - 3º Sarau das Minas do Coletivo Coisarada, em 27 de julho de 2016. Foto retirada da página do movimento / Facebook.

PARTE III – Interpretação de Dados

“O Estado não faz, a gente faz. A gente não tem dinheiro, tudo bem a gente sabe fazer isso sem dinheiro. A gente não tem espaço físico, não tem problema, a gente ocupa” (BERNARDO, 2017).

Paula Bernardo se posiciona fortemente na cobrança pelos direitos culturais, questionando qual é o papel do Estado no fomento, na difusão da cultura popular e mais que isso, qual é a relação da discussão do papel social do espaço público e do fomento e desenvolvimento da cultura. Independentemente das respostas para estas indagações, ela nos traz uma ação afirmativa: frente à abstinência do Estado, ocupar é um caminho possível.

Vimos anteriormente, que os grandes centros urbanos estão recebendo um novo projeto de cidade, a partir de uma gestão mista entre Estado e iniciativa privada. Trata-se de uma adequação da memória, do patrimônio e dos espaços públicos ao mercado, agregando valor financeiro e, conseqüentemente, ocasionando um aumento dos aluguéis destes centros. Vale ressaltar novamente que existe uma lógica hegemônica que domina a produção capitalista do espaço e que é sustentada por um projeto neoliberal que aumenta a concentração de renda e intensifica a desigualdade social (SILVA, 2011, p. 11). Isto posto, faz com que ações como ocupações contestem tanto a lógica dos espaços urbanos voltados ao mercado, expressa através de despejos e desocupações das classes subalternas, como o grande número de imóveis abandonados sem utilização social. Não por acaso, essa é a circunstância do Movimento Ocupa Colaborativa, que é retirado de sua sede anterior pela especulação imobiliária e pela cultura hegemônica; e conseqüentemente, contesta o abandono do Galpão situado na Rua XV de Novembro. Em entrevista, Paula Bernardo questiona qual é o papel do poder público referente aos imóveis sem uso, portanto, sem finalidade social. Ela afirma ainda que “a ocupa teve um papel extremamente importante porque ela resgatou um espaço marginal, abandonado pelo proprietário e pelo poder público e deu a ele um sentido histórico, relevante, trouxe a população para aquele espaço” (BERNARDO, 2017). Os coletivos se colocam, portanto, como formadores de uma rede de pesquisa, reflexão e ação sobre uma dada realidade social que afeta as cidades e, portanto, o cotidiano de seus cidadãos.

De fato, estamos diante de uma ação relevante: Ocupar um espaço ocioso, dando um sentido sociocultural ao mesmo, compartilhando essa vivência e ideologia com a população. Mas não deveria ser um direito fundamental, garantido pelo Estado, o apoio e incentivo a valorização e a difusão das manifestações culturais⁶? O que faz com que um grupo de indivíduos se mobilize para ocupar um espaço em busca de representatividade para suas identidades e subjetividades culturais? Questionamos também sobre o direito de permanência de qualquer sujeito no espaço público, levantado anteriormente. Bernardo atesta a cultura como forma de dominação e de exercer o poder: “Essas ocupações tem primeiramente um caráter extremamente relevante de questionamento do poder, da lógica do poder que se implementou nesse Brasil e da forma como a política pública se estrutura e se regulamenta” (2017). Ela refere-se a um sistema de invisibilidade, chancelado pelo Estado, que utiliza de forma seletiva a memória e a cultura que lhe é de interesse e apaga o legado cultural das classes subalternas. Bernardo conclui, manifestando que: “Nós que somos trabalhadores, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais... nós também temos outra leitura sobre a cultura, que é digna de respeito, é digna de oportunidade e é digna de espaço. Os coletivos estão fazendo isso aqui” (BERNARDO, 2017). Dessa forma, considerando Gramsci, as ocupações surgem como ferramenta alternativa de disputa para desafiar e contestar o domínio cultural das classes hegemônicas. Parafraseando Bernardo, a ausência de espaços físicos autônomos não é um problema, as classes subalternas ocupam os espaços abandonados.

⁶ **Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

PARTE IV - Considerações Finais

A Ocupação Colaborativa de Jundiaí coloca-se como um exemplo contra hegemônico da cultura, mas também questiona o espaço urbano e problemas caros ao Estado acerca do uso dos espaços e das políticas públicas destinadas aos movimentos de moradia e de cultura que carecem de locais para subsistirem. Todos os conceitos explicitados neste artigo nos levam a compreender a ocupação como uma ação de indivíduos, que através do coletivo, se organizam de forma autônoma para: a) produzir e viabilizar ações culturais, e concomitantemente, reivindicar seus direitos à cidade e seus direitos culturais; e b) Contestar toda uma lógica hegemônica de dominação, que se dá nos espaços públicos e através da cultura. Nesse sentido, observa-se uma estratégia de luta política e social através da cultura.

Contudo, esse artigo não pretende responder ao problema da ocupação dos espaços urbanos e tampouco propor soluções aos problemas gerados pelo capitalismo e sua especulação imobiliária, senão apresentar um estudo de caso atual sob a luz de alguns teóricos contemporâneos que discutem tais questões. Faz-se necessário uma pesquisa qualitativa cautelosa e de longo prazo, que investigue os impactos, culturais e sociais, das ocupações culturais sobre os patrimônios abandonados. Mais ainda, como o Estado enxerga as ocupações e se elas de fato são capazes de abalar as estruturas sólidas da dominação. Estas formas de ocupação são recentes e sem precedentes acadêmicos. Há um longo caminho a ser percorrido e um campo vasto para pesquisa e estudos aprofundados sobre estes fenômenos.

RERERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BERNARDO, Paula – Ocupa Colaborativa – A Luta Popular pela Cultura e pela preservação do patrimônio histórico; Revista Cidade, Patrimônio e Memória; Edição 001, p. 72-75, dez. 2016. Disponível em <<http://patrimoniohistorico.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/REVISTA-CIDADE-PATRIM% C3% 94NIO-MEM% C3% 93RIA-001-1.pdf>>; Acesso em: 15 de fev. de 2017.

CASTELLS, Manuel. Redes de Indignação e Esperança. Zahar, Cambridge, Inglaterra, 2012. Acessado em <https://ciberconflitos.files.wordpress.com/2014/10/castells_redes-de-indignacao-e-esperanca.pdf> em 18 de mar. 2016.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e Democracia – Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, Salvador, jun. 2012.

DOWNING, John D.H. Mídia Radical, Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. SENAC, São Paulo, 2002.

JAYME J. G.; TREVISAN E. - Intervenções urbanas, usos e ocupações de espaços na região central de Belo Horizonte. Civitas - Revista de Ciências Sociais, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 359-377, nov. 2012. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/face/ojs/index.php/civitas/article/view/11933/8133>>. Acesso em: 10 de fev. 2016.

MARINO, Aluizio. São Paulo Ocupada – Uma cartografia das juventudes insurgentes na cidade de São Paulo, jul. 2016 – Disponível em <<https://prezi.com/0xmseeosgmfl/sao-paulo-ocupada>>. Acesso em: 15 de fev. de 2017.

MIGLIORIN, C. - O que é um Coletivo. Teia – Dez Anos. Belo Horizonte, dez. 2012. Disponível em <http://www.teia.art.br/a/up/files/IMS_12_2012.pdf>. Acesso em: 15 de fev. 2017.

SILVA, Fabiana F. A.– Novas Subjetividades Subalternas da Cidade: Cultura, Comunicação e Espacialidade. São Paulo, 2011. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27154/tde-17122011-150411/pt-br.php>>. Acesso em: 13 de dez. 2016.

HOLLANDA, Heloísa. B. Coletivos, set de 2009. Disponível em: <<http://www.heloisabuarquedehollanda.com.br/coletivos/>>. Acesso em 15 de mar. 2017.

KOCH, Gustavo. Fora da Margem: A ascensão da cultura alternativa em Jundiaí, dez. 2016. Disponível em: <<https://blogdokoch.wordpress.com/2016/12/05/fora-da-margem-ascensao-cultura-alternativa-jundiai>>. Acesso em 21 de mar. 2017.

KOCH, Gustavo. Em Jundiaí também tem ocupação cultural e você pode ajudar, mai. 2016. Disponível em < <http://www.dettona.com.br/em-jundiai-tambem-tem-ocupacao-cultural>>. Acesso em 21 de mar. 2017.

NAVILLE, Natt. Coletivos culturais ocupam e transformam galpão abandonado em Jundiaí, mai. 2017. <<http://misturaurbana.com/2016/05/coletivos-culturais-ocupam-e-transformam-galpao-abandonado-em-jundiai>>. Acesso em 21 de mar 2017.

CATRACA LIVRE. Com ocupações artísticas, grupos lutam por espaços para produção cultural em SP, jun. 2014. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/com-ocupacoes-artisticas-grupos-lutam-por-espacos-para-producao-cultural-em-sp>>. Acesso em 21 de mar. 2017.

ESTÚDIO SARASA. Conservação e Zeladoria da Ponte Torta, em Jundiaí. Disponível em: <<https://estudiosarasa.com.br/portfolio/conservacao-e-zeladoria-da-ponte-torta-em-jundiai>> Acesso em 21 de mar. 2017.

SEMADS Jundiaí. Mapa de domicílios particulares permanentes de uso ocasional ou vagos (valores), Jundiaí, nov. 2016. Disponível em: < http://www.jundiai.sp.gov.br/assistencia-e-desenvolvimento-social/wp-content/uploads/sites/5/2016/12/MAPA_7.6.pdf > Acesso em 21 de mar. 2017.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA PREFEITURA DE JUNDIAÍ. Pão e Poesia lembra 20 anos de pioneirismo de Jundiaí, dez. 2013. Disponível em: <<http://www.jundiaionline.com.br/noticias/pao-e-poesia-lembra-20-anos-de-pioneirismo-de-jundiai-4591>>. Acesso em 21 de mar. 2017.

ASSESSORIA DE IMPRENSA DA PREFEITURA DE JUNDIAÍ. Complexo Argos é tombado pelo Condephaat, nov. 2016. Disponível em: <<https://www.jundiai.sp.gov.br/noticias/2016/11/29/complexo-argos-e-tombado-pelo-condephaat>> Acesso em 21 de mar. 2017.

OA JUNDIAÍ. Ocupa Ponte Torta volta a levar vida para a praça, mar. 2017. Disponível em: <http://www.oajundiai.com.br/qualidade_de_vida/ocupa-ponte-torta-volta-a-levar-vida-para-a-praca> Acesso em 21 de mar. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS. Censo demográfico de Jundiaí. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/F20>>. Acesso em 15 de mar. 2017

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988).

Art. 182. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/2b0b3fe92a9119b803256561007b7c24?OpenDocument>>. Acesso em 21 de mar. 2017.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL (1988).

Art. 215. Disponível em <http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_215_.asp>. Acesso em 21 de mar. 2017.

OCUPA COLABORATIVA. Facebook. Manifesto n. 2/2016, mai. 2016. Disponível em < <https://www.facebook.com/notes/ocupa-colaborativa/manifesto-n%C2%BA-22016/1003862306370318>> Acesso em 21 de mar. 2017.

OCUPA COLABORATIVA, Facebook. O galpão será desocupado, dez. 2016. Disponível em <<https://www.facebook.com/notes/ocupa-colaborativa/o-galp%C3%A3o-ser%C3%A1-desocupado/1176845782405302>> Acesso em 21 de mar. 2017.

SANCHES, William. Entrevista semi-estruturada concedida a Thiago Moreira. Jundiaí, 26 jan. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo deste artigo]

BERNARDO, Paula. Entrevista estruturada concedida a Thiago Moreira. Jundiaí, 8mar. 2017. [A entrevista encontra-se transcrita no anexo deste artigo]

ANEXO – ENTREVISTAS

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURA COM: WILLIAM SANCHES

Realizada no dia 26 de janeiro de 2017

Como iniciou a Ocupa Colaborativa e quais os motivos para o seu surgimento?

Antes de tudo, começaram algumas discursões sobre as possibilidades de uma ocupação a partir das dificuldades da quitação do aluguel da Casa Colaborativa, juntamente com o pré-conceito por parte da sociedade. A Casa fica instalada na Rua Prudente de Moraes onde aconteciam diversas atividades, debates, exibições de filmes, apresentações de teatro e de música, oficinas de dança, de yoga, e em um determinado momento ela começa a sofrer dificuldades financeiras, praticamente todo o tempo, mas o que agravou foi à questão das pessoas envolvidas naquele território que entendiam formas de produzir arte diferente das nossas.

... Então se tratava de um espaço cultural privado?

Sim, era um espaço privado de cultura com pagamento de aluguel, onde também moravam pessoas e os projetos aconteciam lá dentro. Diante dessa dificuldade do entorno, recebemos a notificação que teríamos que deixar o imóvel antes do termino do contrato...

... Por qual motivo?

Na rua onde ficávamos tem mais dois espaços culturais, tradicionais e elitizados da cidade, e o motivo foi que o público que frequentava o nosso espaço não era bem vindo para frequentar aquela região. E seguido de reclamações de som e tal, mas a gente sabe e teve a confirmação que o principal motivo foi este. Diante disso começamos a estudar o próximo passo que era um novo espaço, entendendo que a questão da sustentabilidade econômica do projeto ainda estaria comprometida. Uma porque queríamos manter o projeto no centro da cidade, e o valor do aluguel no centro continuaria caro. Aí foi quando a gente começou a discutir. Nesse mesmo período, parte dos integrantes da casa foram fazer uma imersão no Festival Emergências que discutia cultura, ativismo e lá tinham vários painéis de debate falando sobre tipos de ocupações, como elas se dão entre outros níveis.

Onde aconteceu esse Festival?

No Rio de Janeiro, na Lapa... Tiveram vários pontos. Começamos aí a fortalecer com essa ideia: vamos juntar as informações sobre possíveis espaços abandonados, privados e públicos. Vamos tentar fazer algum tipo de mapeamento e entender como conseguimos fazer isso. Então a ocupação nasce daí, logo na primeira semana que decidimos ocupar um espaço, nós levantamos cinco espaços que atendiam o perfil de abandono por mais de cinco e dez anos e aí começamos a convidar as pessoas que estão produzindo, coletivos, artistas e pessoas que se interessam por arte e cultura na cidade. Reunimos essas pessoas para discutir juntos, o início de ocupação.

... Partindo aí de uma mudança, certo? O protagonismo não seria só do coletivo Casa Colaborativa.

Sim, toda a estrutura que a gente entendeu enquanto Casa Colaborativa não existiria mais. Começaríamos do zero com novas pessoas e novas dinâmicas, com outros grupos que possuem divergentes formas de trabalho e gestão. Abrimos mesmo, o protagonismo deixou de ser da Casa e passou a ser de todas as pessoas que toparam participar daquele processo naquele momento. No dia 06 de maio, ocupamos com vários coletivos presentes, várias pessoas presentes. As primeiras assembleias com trinta, quarenta, cinquenta pessoas participando e construindo do zero quais seriam as formas de gestão, organizada, sempre plural e democrática.

Gostaria que você dissesse como foi o gerenciamento do espaço. Como se deu as assembleias? A associação criada posteriormente? Enfim, como foi essa construção política com tanta diversidade dentro do movimento da ocupa?

No início, os integrantes da Casa Colaborativa propuseram algumas ferramentas de organização que tínhamos. Mas acabaram não sendo utilizadas por conta da nova dinâmica de trabalho e para ser orgânico e autêntico, tínhamos que construir junto com os interessados, do zero. Claro que a partir do acúmulo de experiências dos sujeitos e coletivos presentes. A partir daí começamos a dividir os trabalhos em GT's: Grupo de programação que cuidava de receber as propostas interessadas em ocupar com atividades; O Jurídico, que se propunha a resolver todas as questões jurídicas do espaço; Ambiental, sobre o ambiente,

estruturas, limpeza, organização do espaço, mobiliários; Social, que acabava se comprometendo em organizar a hospedagem solidária que recebia pessoas de fora, principalmente viajantes latino-americanos que exerciam trabalhos artísticos de rua, entre outros GT's que formaram-se ao longo do caminho. Com o GT Jurídico constituído, passamos a receber algumas orientações mais contundentes de como continuar sobrevivendo e resistindo com a ocupação. Para continuarmos a pleitear o espaço, já que se tratava de uma ocupação diferente das que estávamos acostumados a ver, como as das escolas, do MINC, que tinham propósitos de contestação políticos “temporários”, nosso propósito era ficar para sempre, o tempo que conseguíssemos. Uma das primeiras orientações era que se quiséssemos pleitear o espaço no mesmo nível das instituições competentes, a gente teria que se formalizar para poder conseguir ter esse diálogo de forma legítima. Então fizemos o chamamento para as assembleias de início já para discutir como se daria isso, a criação do estatuto, em qual formato seria esse estatuto, aonde ele conseguiria abranger todas as vontades, aonde ele teria que ser mais enxuto, progressista e tal, estabeleceram então a associação que ficaria de fazer o enfrentamento jurídico, com a prefeitura, policia militar, com juiz, com os representantes da Massa falida (proprietários do espaço ocupado), e claro, tem todo um trabalho político que vai além dessas instâncias, que tratam do apelo popular, de comunicação, de externar o que está acontecendo dentro para poder ganhar cada vez mais apoiadores e legitimar o que está acontecendo dentro da ocupação.

Gostaria que você falasse um pouco mais sobre o espaço: Porque a escolha desse galpão, patrimônio da cidade que se encontrava em situação de abandono? E também, que desenvolvesse sobre a oferta cultural da ocupa quase, que recebia demandas culturais da cidade e região e concentrava diariamente inúmeras atividades em um só espaço.

Sobre o espaço, tínhamos elencado cinco possíveis espaços. O primeiro deles ficava próximo do SENAC, próximo da Av. Nove de Julho e da Vila Ana, mas era um espaço público que além de ser muito grande, semanas antes da possível ocupação descobrimos que ali já estava designado para uma instituição de crianças em situação de risco, de vulnerabilidade social. Entendemos que não seria interessante acabar ocupando um espaço que de alguma forma cumpriria aquilo que defendemos, de uma forma diferente,

mas que está dentro do “mesmo barco”. Fomos então para a segunda opção, que se tratava de um espaço privado localizado na Vila Arens, mais ou menos próximo da região central de Jundiaí. Era um galpão que abrigava a empresa Litográfica Araguaia, uma empresa que faliu a mais de vinte anos, um espaço que ficou em pendências com a prefeitura de impostos, IPTU por mais de dezesseis anos, e também estava dando muito problema para a comunidade que inclui uma Igreja evangélica ao lado, os vizinhos relataram que pessoas entravam para consumir drogas, rolaram casos de estupro, enfim... Então resolvemos que esse espaço era propício de ressignificação. É um galpão enorme com área externa, vão livre e um mezanino gigantesco. Sobre as atividades, foi muito inteligente da nossa parte conseguir se resolver sobre as chegadas de propostas. Montamos um formulário on-line, divulgação mais expressiva de como as pessoas poderiam propor atividades, como poderiam participar, qualquer atividade poderia ser pautada desde que seja gratuita e que estivessem no âmbito das discussões culturais, sociais e da educação. Tinha tanto o formulário online como o físico que ficava dentro da ocupação. Então todas as pessoas interessadas propunham atividades, o GT de programação recebia e organizava dentro do calendário de programação e enviava para a comunicação que divulgava as propostas. Em certo período, o GT já não dava conta da quantidade de proposta que chegavam e aí muitas acabaram passando batido ou tinham que esperar meses para acontecer. O espaço dava essa possibilidade de ter esse fluxo grande de atividades. Em certo momento, fizemos a avaliação quantitativa daquilo que acontecia lá dentro, onde constatamos que havia uma potência muito grande de produção e multiplicação de conteúdo cultural, social e educativo. Nos primeiros meses já eram mais de duzentas e cinquenta atividades, já haviam passado mais de cinco mil pessoas no espaço. A média de pessoas frequentadoras por semana na ocupa era maior que a frequência em equipamentos públicos de cultura do município.

De certa forma, você acredita que essas ofertas culturais foram capazes de suprir uma função social que o espaço não tinha? Você falou sobre ressignificação também, enxergo aqui que as atividades também fortaleceram uma transformação no espaço, patrimônio material do município. O que você acha?

Concordo. Usamos tanto o termo de ressignificação do espaço, creio que a ocupação possibilitou essa transformação sim. Claro, como o espaço sempre foi democrático e aberto para críticas e contribuições, existiram avaliações que ele ainda não

conseguia atingir determinados recordes da população, públicos periféricos não consumiam tanto o espaço, pelo fato do espaço ser centralizado, inclusive sobre as dificuldade enquanto agentes multiplicadores, que tínhamos desgastes no gerenciamento e tarefas da ocupa, acabamos não tendo tempo para nos locomover e multiplicar a ideia e convite. Mas a ocupação sim transformou o espaço e trouxe outras possibilidades para a cidade, de discussão de formas do fazer cultural, com qualidade e baixo custo. Que dá sim para trazer artistas, grupos que possuem um referencial desconhecido pelo público do interior. De conseguir entrar em um circuito de troca de experiências de atividades e produções.

Considerando esse histórico que você nos trouxe, me parece que a ocupação surge a partir de conflito, uma tensão cultural entre vocês, Casa Colaborativa e os coletivos culturais, um movimento cultural subalternizado contra uma hegemonia que possui uma representação na cidade. Acaba que a ocupação vem sim para suprir as necessidades do movimento, mas surge também como uma estratégia política de contestação a essa hegemonia estabelecida no município. O que você acha sobre isso?

Sim, concordo com você, e a maior prova disso que é a “finalização” do espaço que faz com que usemos de todos esses recursos que adquirimos essas experiências conquistadas, para continuar defendendo esse discurso. A Ocupa não existe enquanto espaço físico, mas já buscamos estratégias de continuar ocupando a cidade de forma múltipla. Por exemplo, parte do movimento fará uma ocupação na Praça Erazê Martinho utilizando toda a estrutura adquirida com os eventos da ocupação. É uma ocupação com grupos de Rap e MC's, que se reunirão nesse espaço centralizado, promovendo suas manifestações artísticas. É quase que um legado esse processo de ocupação. De fato tudo começa com o conflito real, concentrado em um território, mas que serve de forma macro, se estendendo para o Estado, País como um todo... e que se fortalece a partir desse estopim. Para os que defendem esse discurso de segregação, de legitimação da arte, a tensão só vai aumentar a partir do momento que movimentos diversos ocuparem os espaços. É um processo empoderador e que continua, esse discurso político transfigurado em ações afirmativas continuarão de forma natural. Todos podem contar com o respaldo da associação Ocupa Colaborativa e com suas respectivas estruturas.

ENTREVISTA ESTRUTURA COM: PAULA BERNARDO

Realizada no dia 08 de março de 2017

Como você enxerga o processo de luta a partir de uma ocupação?

Hoje eu estava pensando sobre isso, estamos vivendo um momento bastante sui generis da história do Brasil. É praticamente uma ditadura sem ser ditadura, porque você tem posturas e atitudes e projetos de um governo que são ditatoriais em uma estrutura “supostamente democrática”. Eu vejo as ocupações de uma forma geral, aí falando primeiramente de uma forma geral e não distinguindo o tipo ou a finalidade objetiva da ocupação, como um foco de resistência importante. As ocupações no Brasil sempre foram com um foco de resistência muito importante. Desde os anos 70 aonde a principal das características das ocupações eram ocupações de terra, depois no final dos anos 90 em que o movimento sem teto começa a se estruturar e articular outro perfil de ocupações e hoje a gente tem outro contexto onde a gente tem uma ênfase muito grande de ocupações culturais, elas continuam sendo um importante foco de resistência. São as ocupações que pautam o que “as minorias” sofrem no cotidiano de opressão, de injustiça e muitas das leis que no governo anterior foram estruturadas com base nessa organização, vem do acúmulo histórico das ocupações e principalmente dos movimentos sociais. Eu acho extremamente relevante a gente quando falar da história das ocupações lembrar as origens delas, ainda que hoje elas tenham um perfil completamente diferente, hoje as ocupações culturais reivindicam outro conjunto de pautas, não menos importantes que as ocupações de terra e as ocupações de moradia. Uma questão extremamente importante que eu vejo nessas ocupações, é justamente recolocar o povo no lugar de cidadão: Quem é você e qual é o seu direito diante o Estado. A cultura durante muitos anos sempre foi uma política a margem da chamada das políticas prioritárias dos direitos universais ou de educação. Sempre era visto como uma coisa que não era importante, até quando as pessoas compreenderam que cultura também é uma forma de dominação e que cultura também é uma forma de poder, de exercer o poder. Então essas ocupações tem primeiramente um caráter extremamente relevante de questionamento do poder, da lógica do poder que se implementou nesse Brasil e da forma como a política pública se estrutura e se regulamenta. Nós tivemos um processo pós-final da ditadura militar de reestruturação democrática. Hoje, é como se isso tudo fosse enterrado

e a gente está vivendo uma reestruturação autoritária, aonde valores que supostamente tinham sido superados, voltam a tona com mais força, com mais ênfase, discursos reacionários homofóbicos, discursos reducionistas, uma reprodução de "memes" monstruosos que você fala da onde essa gente tirou isso? Então eu acho sim que as ocupações tem um papel extremamente importante e eu vejo como um ponto de resistência relevante no contexto atual. Acho que as ocupações que começaram com ocupações de Ministério da cultura, com ocupações de escola e as ocupações que estão sendo realizadas em diversos espaços abandonados elas trazem uma nova pauta que é: Qual é o papel do espaço público? e mais que isso, qual é a relação do espaço público e a produção e o fomento de cultura? Qual é a cultura que nós queremos? Quando se fala de cultura é uma questão muito complicada porque durante muito tempo as pessoas associavam como cultura a informação, a formação. Então você era culto porque você tinha um título "x", você estudou a coisa "y" ou você tinha acesso a determinados equipamentos, a determinadas propostas e assim então se consolidou uma ideia de cultura de elite com uma cultura de massa. A mídia contribuiu muito para a difusão dessa ideia e vender essa ideia, até que os movimentos sociais então começam a questionar e aí você tem vários acadêmicos que começam a questionar a diferença entre cultura de massa e cultura popular. Você pode ver a Marilena Chauí, você pode ver Eclea Bosi, você pode pegar o Antônio Candido quando ele fala em *Os Parceiros do Rio Bonito* em que ele vai discutir o que é a cultura do caipira. Então eu acho que as ocupações trazem a tona novas pautas, elas enriquecem esse debate sobre cultura e aí a gente tem um novo elemento para analisar que é a cultura popular: O que é essa cultura popular? Quem é o porta voz dessa cultura popular? E qual é a relação dessa política com a política pública de cultura desenvolvida pelo Estado? Durante o governo anterior, o governo Lula e o governo Dilma, a gente teve uma série de portas abertas, os investimentos e as ações no campo da cultura popular. Então você tem vários grupos, comunidades ribeirinhas, pescadores, o pessoal que trabalha com o maracatu, que trabalha com manifestações religiosas, coco, enfim... que começam a participar de debates sobre a política pública de cultura mas em um outro enfoque, numa cultura que seja acessível a todos indistintamente de sua raça, sua cor, seu clero, sua religião, que os recursos sejam acesso a todos indistintamente, sejam democratizados, que eles não sejam concentrados na mão de um grupo específico, uma região. Então a ideia, e isso são muito importantes, de que não existe uma cultura brasileira, esses grupos começam então a pautar outras perspectivas para o debate de cultura e aí a importância das

ocupações. As ocupações trazem essa pauta nova e mais que isso, com alternativas. O Estado não faz, a gente faz. A gente não tem dinheiro, tudo bem a gente sabe fazer isso sem dinheiro. A gente não tem espaço físico, não tem problema nós ocupamos. E outra discussão importante é justamente qual é o papel social da propriedade que é uma discussão que já vinha do movimento sem terra, que já vinha do movimento por moradia e os movimentos de cultura hoje trazem essa discussão novamente. Qual é o lugar da cultura popular, quem é o porta voz da cultura popular, qual é o papel do Estado no fomento, na difusão da cultura popular e mais que isso, como é que a gente junta a discussão do papel social do espaço público e o fomento e desenvolvimento da cultura, isso me parece uma pauta extremamente importante. Quando você vê alunos ocupando escolas, pautando aulas maravilhosas, pautando oficinas, é a escola que a gente quer. Quando a gente ocupa um balcão abandonado há dezesseis anos, podre, nojento, foco dos mais diferentes tipos de violência e ali a gente traz a população para dançar, pra bater papo, pra assistir filme, pra fazer oficina, a gente tá deslocando o foco da cultura da elite e trazendo ele para outro nível muito mais amplo de discussão, isso pra mim é um exemplo de democratização, é luta. Acho que a importância das ocupações nesse contexto é de extrema relevância.

Gostaria que você aprofundasse mais na questão do espaço. No caso da colaborativa, você acredita que existiu um objetivo, no ponto de vista estratégico, de mostrar um outro sentindo naquele espaço?

Eu acho que isso foi uma das principais contribuições da ocupa colaborativa. No meu entendimento o primeiro grande questionamento que a ocupa colaborativa traz é a utilização do espaço. Que espaços utilizaremos para desenvolver atividades que representam esse povo que não tem voz na política pública de cultura. Isso é uma coisa, mais que isso, a gente ocupou um espaço, e isso tem haver com a discussão do capital, o capital se apropria de determinados conceitos e ele congela as suas ações, as suas argumentações em cima desse conceito, mas muitas vezes eles são insólitos como a discussão de propriedades. A discussão de propriedade advém de uma distorção desde as sesmarias onde alguém que não é dono chega, ocupa, divide a terra entre os amigos do rei e dita as ordens. Daí essas pessoas passam a ser proprietárias no Brasil. A lógica da propriedade, seja propriedade rural ou urbana, ela sempre esteve associada a isso, quem chegou primeiro pegou, tomou, vendeu, comercializou, loteou, é o dono legítimo da

propriedade. Conforme os anos vão se passando essas propriedades vão sendo abandonadas, sejam terras, sejam prédios, sejam casas, e isso se deteriora com um tempo. É ou não papel do poder público se responsabilizar por esses imóveis que estão sem uso, portanto sem finalidade social, por esses imóveis que abandonados acolhem toda sorte de desgraça e violência e que coloca em risco a própria população. A Ocupa teve um papel extremamente importante porque ela resgatou um espaço marginal, abandonado pelo proprietário e pelo poder público e deu a ele um sentido histórico relevante, trouxe a população para aquele espaço, envolveu a população na organização de diferentes tipos de atividades culturais e aí eu já estou fazendo um recorte dentro da discussão cultural que é maior sobre a discussão sobre as atividades culturais, atividade cultural é um fragmento da cultura. Eu acho que a ocupa colaborativa ela mais que essa pauta provocativa, ela conseguiu despertar corações e mentes outro sentido. A gente precisava de mais tempo para envolver mais gente, a gente precisava de mais tempo para consolidar um pensamento, uma ideia e uma ideologia, ok. Mas o tempo que a gente ficou foi suficiente para semear, uma pequena semente, uma provocação que precisa ser continuada. Acho relevante, importante, acho que a gente provocou mudanças de pensamentos, não sei se a gente chegou a quebrar paradigmas, porque a gente vive em um contexto de uma cidade extremamente provinciana, conservadora, homofóbica, racista, misógina, então quebrar paradigmas é um processo histórico complexo e de longo prazo, décadas né, muito tempo. Mas eu acho que a ocupa teve um papel bastante relevante e despertou sementes de reflexão em corações e mentes na cidade de Jundiáí. A Ocupa trouxe muitos jovens, militantes ou não, a ocupa trouxe pessoas de diferentes formações, de diferentes referências culturais e isso é apaixonante. É um envolvimento que foi gradual, ele teve momentos de fluxo, de refluxo, pessoas que saíram pessoas que entraram, mas essa circulação de ideias é muito rica. Quando a gente fazia uma atividade na ocupa e chamava os alunos do EJA pra dentro, pra discutir ocupação, pra fazer qualquer tipo de atividades com eles, a gente tá quebrando um paradigma. A gente não só está fazendo uma atividade, mas também está trazendo as pessoas para conhecer um projeto que busca essencialmente questionar a lógica da cultura no país, construir um projeto de contracultura relevante porque não é essa a cultura que nos representa. Então qual é? Vamos atrás, vamos juntos. Acho isso bastante relevante, bastante significativo.

Para finalizar, o que você acha sobre as ocupações se tornarem uma ação de reivindicação política aos direitos culturais destes coletivos, principalmente frente a uma possível cultura elitista estabelecida no município?

Quando eu cheguei a Jundiaí, uma das primeiras coisas que eu fiz foi mapear o que tinha de opção cultural na cidade. Como a minha área de atuação é história eu fui procurar os equipamentos públicos como museus e pinacoteca. Aí eu tive um choque: um museu que fecha sábado ao meio-dia e que não abre de domingo. Qual é o horário ou espaço que ele abre para atender o trabalhador? Será que o trabalhador não precisa ir ao museu ou para a pinacoteca? Essa ideia de cultura para um gueto que tem tempo disponível é elitista. A forma ou o formato dos museus em Jundiaí... Você olha e é como se a cultura e a informação por osmose fosse automaticamente absorvida. Não é uma coisa interativa, não é uma coisa reflexiva, salvo eventos onde é pautada uma exposição, um debate, uma forma diferente. Então primeiro, os espaços públicos de Jundiaí são elitistas. O Museu da Língua Portuguesa abria a noite (antes do incêndio) para receber trabalhadores, alunos de EJA, alunos de faculdades. Uma política de cultura acessível tem que abrir espaços para atender a população em geral. Acho que isso é a primeira questão. Confrontar a elite é necessário sempre. Essa elite “cultural” de Jundiaí, porque alguns eu nem sei se fazem cultura exatamente – eu questiono alguns grupos que eu tive a oportunidade de conhecer depois – me pergunto se o que fazem é cultura ou se o que fazem é uma conveniência política para vender seus produtos ou atividades culturais. Eu senti uma dominação do recurso, do acesso ao recurso, da elaboração da política, das diretrizes e das referências. Concomitantemente, eu comecei a conhecer os coletivos que tinham um trabalho extremamente relevante, muito mais forte e muito mais significativo porque iam às comunidades, iam para a favela, iam para os bairros de periferia e não no sentido de “olha, nós seres portadores da cultura viemos iluminar seus corações e mentes com a nossa cultura para que vocês saiam do primitivismo”. Não iam a um movimento de partilha e de troca. Os coletivos estabeleceram diálogo com as comunidades no sentido de conhecer o que tinha trazer pra dentro, fazer parceria, dialogar e mediar conflitos, Isso é cultura popular. Mais relevante que isso, quando esses coletivos se articulam para ocupar o conselho municipal de cultura. Show! Lindo! Que é assim que a gente faz política, a gente que discute uma meta, uma estratégia e depois se a gente não vai pela via revolucionária, a gente vai ocupando os espaços públicos. Quais são os espaços representativos da cultura em Jundiaí? Vamos começar pelo conselho. Isso foi uma sacada de gênio: é aqui que saí o recurso, é aqui que

saí às diretrizes. Claro que depois da formação da câmara, essa coisa não vai ficar tão bonitinha assim, mas ocupar este espaço é um avanço relevante. Quando eu fui participar da primeira reunião do conselho eu vi muita gente da elite, eu vi inclusive um discurso de uma figura próxima que falava isso: “nós precisamos ocupar o conselho municipal de cultura porque nós vamos levar cultura porque não tem cultura”. Eu afirmei que não, não vamos fazer isso. Não é este conceito de cultura, não é o conceito de transferência, não é o conceito de osmose, não é uma coisa que um grupo de vanguarda, superior pensa e desenvolve. Eu acho que tem muito da reflexão de Gramsci faz no sentido de colocar cultura como instrumento de poder e mais que isso, que os grupos que disputam poder na sociedade de classe eles precisam ter claro: ela é um instrumento de luta na sociedade de classe. A cultura de elite não é a cultura popular, a cultura de massa não é a cultura popular. A cultura de massa é o que veicula na mídia, é o que atinge milhões de pessoas, mas a pergunta é: como é que essa cultura sensibiliza, toca ou transforma corações e mentes da população em geral? Aquela que leva a reflexão, que vem do povo e que é para o povo, essa é cultura popular. Pouco interessa se ela atinge um ou um milhão. A quantidade de pessoas que ela vai atingir é processo. Então, eu acho extremamente relevante a atuação dos coletivos na história da cultura em Jundiaí porque eles inauguram um movimento extremamente importante de ocupação de espaços públicos e aí não é só a Ocupa Colaborativa. É a ocupação do conselho, é a ocupação da ponte torta, é a ocupação do pontilhão da Av. Nove de Julho, ou seja: estamos aqui, estamos vivos, temos opinião e temos trabalho, venha, conheça. Se dê a oportunidade de experimentar. A gente conseguiu envolver um número grande de pessoas nessa discussão, ainda que nas atividades dos conselhos e atividades cotidianas, a participação ainda seja pequena. Um próximo passo seria sensibilizar a população que veio junto com este projeto de ocupação para participar mais das reuniões do conselho, das sessões da câmara. Quando a gente chegar neste nível de grupos articulados que intervenham aqui e ali, aí acho que o movimento começa a consolidar raízes. A gente semeou vários lugares e eu vejo como uma estratégia extremamente importante dar continuidade a esta provocação. Este movimento provocativo é fundante para a gente reescrever a história da cultura em Jundiaí. Senão, a gente vai continuar falando só para um grupo muito pequeno, que tem acesso ao poder, que tem acesso ao recurso e que não precisa do recurso público. O recurso público precisa estar acessível para quem faz cultura de verdade, quem faz cultura para todos. Ou a cultura é acessível para todos ou ela é elitista e as ocupações, essa intervenção, essa disputa é

extremamente importante, de uma forma qualitativa, de uma forma consciente e cidadã, é muito importante. Você já pensou se o máximo de cultura que existisse em Jundiaí fosse a Festa da Uva... Claro, com todo respeito. Estou falando da forma como é feito. Uma das coisas que eu questiono muito são os grandes eventos comerciais. Até que ponto eles representam uma cultura ou um fragmento de uma cultura de um grupo. Você vai vender quem vai ter acesso não é todo mundo. Se bem que com a última gestão, isso se ampliou bastante, mas creio que muito mais em função da ação dos coletivos do que propriamente da gestão, ainda que tenha sido uma gestão que se destacou bastante no diálogo com os coletivos. Eu acho que a participação dos coletivos inaugurou outro momento histórico na cultura de Jundiaí. De pautar isso de uma forma respeitosa, democrática, plural e sim: vamos para o conflito. Não em um conflito no sentido de brigar com todo mundo, mas no conflito de ideias. É positivo que isso aconteça. É positivo que as pessoas se reúnam no conselho, troquem ideias, disputem ideias. A disputa é positiva quando trabalhada de forma democrática e de forma consciente. Eu acho que o papel dos coletivos é fundamental e que eles se fortaleçam mais e mais, trabalhando junto. Não é porque conquistamos alguns espaços e que a gente venceu algumas batalhas que agora somos os “tops”. Não, ainda tem muito caminho pelo chão porque do outro lado os nossos opressores estão muito mais estruturados do que a gente. E não para fazer cultura, para fazer o que eles consideram como cultura e que não é o que nos representa. Nós, que somos trabalhadores, mulheres, gays, lésbicas, bissexuais... Nós também temos outra leitura sobre a cultura, que é digna de respeito, é digna de oportunidade e é digna de espaço. Os coletivos estão fazendo isso aqui.